

SESSÕES DO PLENÁRIO

48ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de maio de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELINO GALO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência da sessão no dia 04/04/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Pedro Tavares, comunicando sua ausência da Sessão Itinerante no dia 09/05/2013 no município de Jequié, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência da sessão no dia 02/05/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias 28ª, 35ª, 36ª, 39ª e 42ª, realizadas, respectivamente, em 9, 23 e 24 de abril de 2013 e 2 e 8 de maio de 2013; das sessões especiais 14ª, 16ª e 17ª, realizadas, respectivamente, em 19 de abril de 2013 e as duas últimas em 25 de abril de 2013; e da 7ª sessão extraordinária realizada em 7 de maio de 2013.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

(O Sr. Deputado Cacá Leão assume a presidência da Mesa.)

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, Srs. da Imprensa, companheiras e companheiros servidores, ontem, domingo, dia 19 de maio, foi a data de celebrar, não de celebrar, mas de sentirmos a falta, mas também de celebrar o aniversário da morte do nosso companheiro Paulo Jackson. Ontem, completou 13 anos que aquele grande companheiro de atuação brilhante nesta Casa nos deixou. Convivemos juntos no Sindicato dos Engenheiros da Bahia, e dali ele saiu para fundar o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto – Sindae.

Ele teve uma atuação muito consistente, era um companheiro muito combativo no movimento sindical e nesta Casa. Era um grande deputado, um dos mais brilhantes que passou por aqui. Ele foi Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Também tive a oportunidade de conviver com ele, porque, naquela época, eu era assessor parlamentar. Ele, na condição de Líder da Bancada, combinava tudo. Nós tínhamos uma ação, de forma que era uma atuação de bancada realmente. Ele foi um grande deputado, que fez falta não só a esta Parlamento, como também a este Estado, que, com certeza, entra para a história pela sua militância política, pela sua combatividade e pela sua responsabilidade com este Estado.

Quero, aqui, registrar o 13º aniversário de morte de Paulo Jackson. Coincidentemente, o 13 do PT, partido que ele era apaixonado e que também ajudou a construir. Grandes companheiros como Paulo Jackson, Olívio Miranda e outros que hoje registramos a falta, sem dúvida nenhuma, mas agradecemos a grande colaboração que esses companheiros deram à construção da democracia no nosso Estado e no nosso País, não só ao movimento sindical.

Quero também convidar a todos os parlamentares desta Casa que amanhã, às 9h, estaremos realizando a primeira audiência pública especial, que foi convocada pela Comissão de Direitos Humanos, pois nós ainda não tínhamos aprovado a Comissão da Memória e da Verdade nesta Casa. Então, vamos realizar a primeira audiência convidando todas as entidades, o Comitê Tortura Nunca Mais, o Comitê Baiano da Verdade, estudiosos da universidade, ex-presos políticos, ex-parlamentares que foram cassados e que pertenciam a esta Casa naquele período.

De forma que vamos aproveitar para fazer o lançamento público da Comissão da Memória e da Verdade, e ouvir todos esses segmentos da área dos direitos humanos, mais especificamente nesta área para que possamos situar, planejar e organizar o foco para a comissão deste Parlamento. O que exatamente vamos fazer é no sentido de que não faça o mesmo que vai fazer a Comissão do Executivo, que já foi decretada pelo governador, e que não faça o mesmo que as comissões instaladas estão fazendo.

Entendemos que temos que ter um foco e temos que começar principalmente ouvindo aqueles parlamentares que estão vivos ou senão seus familiares, justamente sobre atos arbitrários da sua cassação. Esse é o trabalho todo, de forma que restauremos a memória e a verdade desse período de autoritarismos e possamos colaborar com a história deste Estado. É uma comissão que não pretende o revanchismo, mas sim revelar de forma concreta, para as novas gerações o que se passou por aqui para que isso nunca mais aconteça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Uziel Bueno pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, todos que nos acompanham pela TV Assembleia, boa-tarde.

O fim de semana de encerramento de campeonato baiano, parabéns ao Vitória por mais um título, mas também é um tempo de pensar em moralizar o futebol da Bahia. Na última semana protocolamos aqui, com a assinatura de 24 deputados, a abertura da CPI do Futebol. Claro que é para a moralização do nosso futebol da Bahia, ver que relações são essas de jogadores, empresários, dirigentes e ver principalmente a questão da sonegação fiscal que o nosso Estado já labuta tanto para investimentos de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, então porque vamos permitir que no futebol da Bahia também tenha sonegação fiscal?

Que o Estado não receba isso. Ele tem que estar lesado em relação a essa questão? Não. Somos deputados estaduais e temos que fiscalizar dia e noite o que é do Estado, consequentemente o que é do cidadão baiano.

E, hoje, para a felicidade não só minha mas, também de todo o Parlamento e dos 25 deputados que o apoiam e também outros deputados assim como Cacá Leão, Mário Negromonte Júnior, Carlos Brasileiro apoiam a investigação. Eu tenho certeza disso.

Hoje, a OAB-BA, lança uma nota em seu *site* oficial com o seguinte dizer:

(Lê) “Após apresentação de proposta de recomendação de instalação da CPI do Futebol Baiano pelo conselheiro da OAB-BA Domingo Arjones, nesta segunda-feira (20), foi aprovada por unanimidade manifestação de total apoio da Ordem. 'A OAB-BA acolheu com unanimidade uma sugestão do conselheiro Domingo Arjones à CPI do Futebol. Deverão ser apuradas todas as irregularidades, principalmente no que se trata utilização de recursos públicos e seus gerenciamentos no futebol baiano. Vamos

a partir de agora, encaminhar um documento favorável a instalação da CPI para o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo', disse o presidente da OAB-BA, Luiz Viana Queiroz.

O objetivo da CPI do Futebol no Estado da Bahia, cuja instalação foi sugerida pelo deputado estadual Uziel Bueno (PTN) e protocolada no último dia 14 de maio, é criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a atual situação do emprego de verbas públicas no futebol da Bahia.

'Como signatários do Pacto Nacional Contra Corrupção, a OAB da Bahia, tem a obrigação legal e institucional de defender os interesses do povo baiano. Somos a favor do controle da moralidade que rege a administração pública', ressaltou o conselheiro Domingos Arjones.!'

A recomendação será encaminhada ao presidente da Assembleia Legislativa com cópias para o governador Jaques Wagner e o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), Mário Alberto Hirs."

Esta foi a nota oficial publicada no *site* da OAB-BA em apoio à CPI do Futebol.

Como disse e, em princípio, foi questionado o fato determinado e lá coloco a questão do Estatuto do Torcedor. O torcedor está sendo lesado ou não? A questão já foi protocolada na Procuradoria Geral da União e está aqui em minha mão. Há questões, sim, de sonegação fiscal por algumas empresas, dirigentes, jogadores que lesam o estado em relação à sonegação fiscal.

Além disso, temos também questionamentos. Há alguns anos, a Embasa colocou, por ano, R\$ 1,5 milhão nos clubes. Eu nem questiono, neste momento, o estado que fez o seu trabalho de colocar para incentivar o esporte no interior do Estado. E quanto a esses clubes do interior, o que fizeram com o dinheiro público? Este é um questionamento que está lá para ser apurado na CPI do Futebol.

Este é um dever e uma obrigação do deputado privilegiar, tentar fiscalizar, realmente, o Erário Público e impedir que haja sonegação neste Estado. Porque com sonegação fiscal, nobre presidente, é menos dinheiro, menos recursos para a saúde, educação, segurança pública e infraestrutura.

CPI já! Espero que todos nos apoiem nesta empreitada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson

pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- *(Cantando)* "Eu sou vermelho e preto, eu sou paixão." Alô, Torcida do Vitória!

Meu caro deputado Cacá Leão, presidente desta sessão, caros deputados, caras deputadas, colegas da imprensa, quero abraçar a imensa torcida rubro-negra que, ontem, comemorou, embaixo de muita chuva, mais uma conquista do campeonato baiano. Foi uma festa muito bonita.

A Sr^a Luiza Maia:- O senhor é Bahia ou Vitória?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu sou Vitória. Parabéns ao presidente Alex Portela, a sua diretoria e aos jogadores. Vencida essa etapa, vamos nos preparar para o Campeonato Brasileiro, que começa no próximo sábado, para o Vitória, e no próximo domingo, para o Bahia. Torço para que ambos façam belas campanhas e se mantenham na primeira divisão.

Mas, meus caros deputados e deputadas, a situação do Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana, já foi motivo de pronunciamento meu aqui. Na verdade, o governo quer privatizá-lo, não cuida dele, por isso está sucateado. E agora o Ministério Público Federal entra com uma ação para que esse hospital possa rever os seus problemas.

Vejamos o que levou o Ministério Público Federal-BA a recomendar que o secretário da Saúde, Jorge Solla – aquele secretário arrogante, todo-poderoso –, adote, no prazo de 6 meses, uma série de providências visando a melhoria do serviço público de saúde prestado naquela unidade. O autor dessa recomendação é o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Leandro Nunes. Quando falamos aqui e na rádio, o secretário diz que agimos assim por conotação política, que é palanque. Mas agora é o Ministério Público Federal que corrobora as nossas palavras.

O Ministério Público Federal (Lê) *“requer o retorno do funcionamento do anexo que foi desativado para reforma sem que nenhuma providência tenha sido adotada até o momento; a ativação do Centro de Recuperação Pós-Operatório, no Centro Cirúrgico – que desde a sua inauguração em 2010 nunca funcionou por falta de funcionários – assim como das demais salas de cirurgia que estão sem funcionamento também por falta de funcionários. No documento, o MPF também determina a construção da enfermaria de neurocirurgia, cujo projeto foi realizado pela própria Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) há mais de 5 anos; a utilização do espaço da enfermaria mãe canguru, desativada em 2012 para construção de mais enfermarias ou leitos de UTI; a ampliação do número de leitos em UTI e do quadro de funcionários, principalmente de técnicos de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas e agentes administrativos. Por fim, o órgão requer, ainda, reforma das instalações, aquisição de equipamentos e melhoria no atendimento e qualidade dos serviços médicos prestados, respeitando a dignidade dos pacientes e profissionais do hospital. O estado crítico do Hospital Geral Clériston Andrade é objeto de dois inquéritos civis públicos instaurados pelo MPF. O quadro reduzido de profissionais, a carência de leitos e de equipamentos afetam a prestação de um serviço público de saúde com qualidade e eficiência, prejudicando os pacientes que procuram o hospital. A Secretaria de Saúde tem 20 dias para informar quais as providências serão implementadas. Em caso de não acolhimento parcial ou total da recomendação, a Sesab deverá informar as razões pertinentes, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis pelo MPF.”*

Essa notícia, que circula hoje na nossa cidade, está no *Blog do Velame*, em Feira de Santana.

Quando é um deputado da Oposição que fala, deputado Zé Neto, V.Ex^a diz que é problema político. E agora que é o Ministério Público Federal? Tudo que nós

falamos o Ministério Público confirma, ou seja, querem sucatear o Clériston Andrade para privatizá-lo.

Aproveito esta oportunidade para abraçar a minha querida amiga Rafaela, que se despede desta Casa. Hoje é o seu último dia dela trabalhando aqui como assessora do Líder do governo, deputado Zé Neto. Leve de todos nós o nosso carinho e a nossa recomendação. Por onde andar, não se esqueça dos seus colegas e amigos desta Assembleia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente Cacá Leão, demais deputados, Srs. da Imprensa e da *TV Assembleia*, servidores desta Casa, os últimos dias foram de muitas atividades em nosso mandato, em que participamos de atividades importantes. Queríamos, neste momento, relatá-los no sentido de apoio e de que essa Casa também abrace essas questões de que passaremos a falar.

Quero falar, primeiro, sobre um ato promovido pela Defensoria Pública e pela Associação dos Defensores Públicos da Bahia, na última quinta-feira, quando lançaram, em comemoração ao Dia do Defensor Público, o programa intitulado “Direito de Recomeçar”.

Trata-se de um programa que busca, de forma efetiva, a ressocialização dos presos que estão cumprindo pena por terem cometido crimes contra a sociedade, a fim de que possam ter mais dignidade e de que o Estado brasileiro, como um todo, possa ter mais investimento no sentido de humanizar esse tratamento, de fazer com que tenham uma ocupação enquanto cumpridores de pena, que sejam capacitados, respeitados como seres humanos, para que, ao cumprirem suas penas, voltem à sociedade de maneira que se tornem realmente cidadãos e sejam reconhecidos como tal, uma vez que ainda existe muita discriminação contra ex-presidiários.

Mas, para a nossa alegria, a Sr^a Soraia Ramos, presidente da Associação dos Defensores, promoveu esse encontro muito positivo, deflagando essa campanha que abraçamos. Fomos informados também pelo secretário Nestor Duarte de que já temos cinco mil presos sendo capacitados, sendo respeitados no seu direito, aprendendo uma profissão, para, ao saírem das prisões, poderem realmente ser inseridos na sociedade com toda dignidade, e, também, de que, entre 12 e 18 meses a Bahia também terá, por um lado, uma notícia infeliz, que é a construção de mais presídios, mas a coisa está dada: não podemos desconsiderar que as pessoas estão presas em cadeias superlotadas, e a criação de presídios se faz necessária.

Estas novas visão e estrutura de realmente humanizar os presídios são um passo adiante. Serão construídos mais 11 presídios no Estado da Bahia com esta filosofia, qual seja, da criação de escolas dentro dos presídios e, também, com escolas profissionalizantes para que saiam de lá com uma profissão definida, para que, ao voltarem aos seus lares, possam estar no convívio de sua família com dignidade.

Outra ação de que participamos foi o evento dos 30 anos da CAR. Queremos, aqui, parabenizar o secretário Wilson Brito e o presidente José Vivaldo, pois se fez uma belíssima festa lá na FLEM.

Vejam, 30 anos de uma empresa que, realmente, tem fortalecido o desenvolvimento da Bahia e principalmente tem olhado para o homem e mulher do campo com zelo, com cuidado, já atingindo mais de um milhão de baianos com prestação de serviços, com obras tipo inclusão de produção agrícola, construção de barragens e banheiros, enfim, uma entidade que orgulha a Bahia e o governo por ter um papel tão importante que estará investindo, nos próximos cinco anos, R\$ 250 milhões e mais US\$ 100 milhões através do FIDA, para que o desenvolvimento rural e das pessoas que vivem na zona rural seja cada vez mais forte.

O terceiro compromisso foi na audiência pública da PEC 544. Quero aqui parabenizar o deputado federal Amauri Teixeira, pois escolheu a Bahia como o primeiro Estado a fazer uma audiência pública.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Que todos nós desta Casa, independentemente de matriz partidária, possamos estar imbuídos e abraçando essa possibilidade, que já é real, pois já foi aprovado e só falta a homologação do Senado, ou melhor, do presidente do Senado, o senador Renan Calheiros. Até agora não se sabe por que ele não homologou, uma vez que foi decidido pelo Congresso Nacional a implantação dos quatro novos tribunais federais, e a Bahia será contemplada com um.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Enquanto deputados estaduais, devemos estar unidos nessa demanda, apoiando o deputado federal Amauri e todos aqueles que estão buscando a criação de nossos novos tribunais, para que a justiça chegue com mais rapidez e tenhamos perto de nós um instrumento de construção de cidadania e garantia dos direitos daqueles que buscam os tribunais para solucionar os seus problemas.

Os tribunais estão concentrados no Sul do País e na capital do Brasil. Então, é preciso que esse tribunal se concretize, realmente, na Bahia, porque quem vai ganhar serão as pessoas que sequer têm recursos ou possibilidade de contratar um advogado, por isso veem seus processos rolarem por 10, 20 ou 30 anos justamente pela ausência desse serviço, que dá mais democratização ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, infelizmente, mais uma vez venho a esta tribuna para alertar sobre o crescimento das taxas de homicídios no Estado. Aliás, esta é a única coisa que cresce em nosso Estado.

Enquanto Rio de Janeiro e São Paulo, as maiores metrópoles do nosso País, melhoram o nível de segurança pública e cai o índice de homicídios lá, a situação aqui, na Bahia, é o inverso. O Estado da Bahia, nos anos de 2010 e 2011, foi o campeão em número de homicídios dolosos. E em 2012 a situação se repetiu, pois foram contabilizados 5.713 homicídios, com um crescimento de 23,68% em relação a 2011, contra 4.836 em São Paulo e 4.041 no Rio de Janeiro.

Estes números são importantes em função do tamanho de cada um desses estados. Enquanto em São Paulo foram 4.836 e no Rio de Janeiro 4.041, na Bahia foram contabilizados 5.713 homicídios. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro têm conseguido reduzir as taxas de violência, principalmente em relação a homicídios dolosos, como se pode verificar.

A variação de São Paulo é negativa, de menos 30,76%. Do Rio de Janeiro, é uma variação negativa de menos 39,92%. Infelizmente, na Bahia, de 2006 a 2011, a variação para cima na quantidade de homicídios foi da ordem de 40,91%. No ano de 2006, a quantidade de homicídios foi de 3.278. Durante o ano de 2010, conforme publicado pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia, o número de homicídios subiu para 4.868.

Portanto, volto a esta tribuna para denunciar esse fato, preocupado com essa situação. Em Salvador, isso se repete em decorrência dessa prática do Estado. De acordo com o mapa da violência, estatística divulgada pela Secretaria da Segurança Pública, em 2011, em Salvador, ocorreram 1.638 homicídios. O crescimento foi de 371% em relação ao ano 2000; e em relação a 2006, foi de 38%. Em 2000, Salvador ocupava a posição de 25ª capital mais violenta e passou a ocupar a 4ª posição.

A única explicação para isso é, justamente, o pouco investimento destinado pelo Estado para a área, a demonstrar que segurança pública nunca foi prioridade neste Estado.

Em 2004, investiu-se 6,86% do Orçamento. Em 2005, 4,85%; em 2006, 4,56%; em 2007, 7,23.%. Esse foi o investido do Orçamento total do Estado. Em 2008, caiu para 2,30%. Em 2009, 2,08 %; em 2010, 2,83%; em 2011, 1,69%. Não há outra justificativa para esse crescimento da violência que não sejam esses dados insofismáveis que estão aí para demonstrar que, infelizmente, segurança pública não é prioridade neste Estado.

É preciso que se reflita, porque a Bahia caminha a passos largos na direção de se tornar o Estado mais violento do nosso País. Tudo isso por conta de falta de prioridade do governo do Estado no combate à violência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na terça-feira passada, no discurso do deputado Sandro Régis, pedi um aparte ao nobre deputado que me concedeu. Aqui falei sobre a visita do governador a Barra da Estiva que faria

a inauguração Fui chamado que deveria participar da Comissão da Verdade. Então, fiz questão hoje de vir à tribuna desta Casa para informar que o governador esteve, sim, em minha cidade Barra da Estiva no sábado e lá inauguramos diversas obras. Quero aqui relacionar algumas para que o deputado Sandro Régis fique sabendo que, por lá, o governo do Estado trabalha e trabalha em parceria com aquela prefeitura.

Naquela ocasião, nobre presidente, nobres deputados, inauguramos a Praça Melquiades Caires, em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Conder; a iluminação da entrada da cidade com recursos da Secretaria da Infraestrutura; a primeira etapa do estádio municipal, a parte de muro, alambrado e vestiário. Foram inaugurados oito sistemas de água, que vou relacionar aqui alguns: do nosso povoado do entroncamento de Barra da Estiva; nos povoados de Salinas, de Extrema, de Riacho Seco, de Boa Vista, de Roçado, Caribé e no povoado da Placa, onde atendeu mais de 100 casas. Foram inauguradas ainda a pavimentação do bairro do Abrigo, aproximadamente quase 10 mil metros de pavimentação asfáltica; a pavimentação do Bairro das Nações, recursos da ordem de quase R\$ 500 mil; ainda um colégio com oito salas de aula, construído, aí sim, com recursos próprio do município da ordem de um milhão e meio de reais; a pavimentação da avenida que dá acesso à BA-142, também construída com recursos do município.

Na inauguração, o governador Jaques Wagner se comprometeu em autorizar a conclusão, em segunda etapa, do estádio municipal, que é a parte de drenagem, gramado, arquibancadas e o conjunto de sanitários e a lanchonete.

Então, Sr. Presidente, nobres deputados, o nosso deputado Sandro Régis foi infeliz aqui. Ele não conhece o estado, tampouco onde o governador do estado aplica e investe seus recursos.

Realmente, em Nordestina, esses recursos foram, nos últimos dois anos, na administração da ex-prefeita D. Lúcia, como é conhecida, que com essas obras e o trabalho desenvolvidos naquele município, não tivemos dificuldades para apresentar um candidato e fazer o sucessor.

Lá, o nosso o prefeito Dinho é do Partido Verde, juntamente com os vereadores. E informei ao governador que a equipe de Barra da Estiva trabalha bem e funciona bem. O prefeito Dinho já entrou, a partir de janeiro, com todas as certidões em dia. O município não está inadimplente em nenhum órgão, nem do governo do Estado nem do governo federal. Por isso, o município anda bem e os recursos são bem aplicados.

Então queria passar para o nosso amigo Sandro Régis que, realmente, ele tivesse conhecimento das obras e dos investimentos que o governo da Bahia faz, não só em Barra da Estiva mas em todo o território do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Queria ainda, para concluir, nobre Presidente, falar do nosso deputado Zé Neto, pois ele não compareceu à tradicional Festa do Divino lá no município vizinho de Andaraí. Lá, o prefeito fez uma festa linda, preservando a cultura local, que é essa festa. Lá, a filarmônica local fez uma apresentação com as baianas, visitando todos os bairros e as ruas. Pude observar o carisma que o prefeito Wilson tem com o povo. Realmente, ele é reconhecido pelo

povo. Também, na época, inaugurou uma creche, uma praça na cidade e mais o centro de formação que vai ser instalado e também a realização de vários cursos profissionalizantes e minicursos.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Então, nobre presidente, Srs. Deputados, queria deixar aqui registrado nos Anais desta Casa que a nossa região da Chapada Diamantina, realmente, tem uma cultura vasta. Por lá, passou recentemente o programa de Ana Maria Braga, onde fez a explanação e mostrou o distrito e o povoado de Igatu.

Para concluir, Sr. Presidente, era isso que queria deixar registrado e deixar as minhas saudações verdes a todos vocês.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, quero me referir a três instituições importantes em nosso estado e, também, em nosso Brasil, pelo trabalho que têm desenvolvido e estão comemorando o seu dia. Dia 18 de maio, dia de luta, da celebração do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Fizemos uma moção de solidariedade, apoio e reconhecimento ao trabalho, principalmente do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, ao Cria, Centro de Referência Integral de Adolescentes, e ao Cedeca, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, e ao Conselho Estadual de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Ainda também no País onde a justiça é muito cara, o dia 19 de maio é festejado o Dia da Defensoria Pública. Na Bahia, esta instituição foi criada pela lei estadual nº 4.856 no dia 30 de dezembro de 1985. Ao longo dos anos, a Defensoria Pública desempenha destacado papel na sociedade baiana e tem sido, continuamente, aperfeiçoada e reforçada.

Atualmente, a Defensoria Pública tem atuado não só no ramo do direito criminal, mas também em questões relativas ao direito civil, do consumidor, da criança e do adolescente, dos idosos e, de forma muito especial, também, aos direitos da mulher e das questões domésticas.

Ainda falando em instituições públicas, os 30 anos do NEIM, na quinta-feira, dia 22, às 9h30min., aqui no auditório do Ed. Senador Jutahy Magalhães, estaremos realizando uma sessão especial de comemoração pelos 30 anos do NEIM, apesar de ser uma instituição forte, ainda está fora da estrutura da universidade, e nós fizemos aqui uma indicação para o Ministério da Educação no sentido de transformar o NEIM em instituto, porque o ajudaria em suas propostas e projetos. Hoje, formalmente, o NEIM está fora da estrutura da universidade, é praticamente um órgão fantasma, está num prédio de dois andares com 17 doutoras, entre pesquisadoras associadas e

pesquisadoras não associadas, vários mestres, sem contar com os discentes de mestrados, doutorado e graduação.

É uma entidade com curso de especialização que integra mais de 300 gestores públicos, 60 municípios baianos onde eles ministram cursos de formação para mais de 600 professores da rede pública. Então essa é a importância de o NEIM não só ser incorporado à estrutura da universidade como também pela sua luta pelo feminismo, a luta antirracista e anti-homofóbica, anticapitalista e pela construção de uma sociedade digna.

Diante de tudo isso, pedimos o apoio desta Casa para participar da nossa sessão e a solidariedade dos senhores para que o NEIM seja transformado em um instituto.

Quero deixar registrado também o meu repúdio ao presidente do Bahia pela fala horrorosa de baixo nível, que ele fez em relação à nossa primeira-dama. Acho que não é dessa forma. A crise por que passa o time do Bahia hoje, ele precisa ver que o Bahia não é só um time de futebol, é um legado social do nosso Estado. Estamos agora nesse movimento e nessa luta “o Bahia da Torcida”, e o presidente Marcelo Guimarães Filho precisa se respeitar e pedir desculpas à primeira-dama do Estado pela fala horrorosa, de baixo nível que ele fez em relação a nossa querida e combativa primeira-dama.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, eu não poderia deixar de fazer aqui um agradecimento à Defensoria Pública, aos defensores públicos, em particular à Associação que os representa, a ADEP-Ba, pela homenagem que fizeram a mim quando me concederam uma medalha pelo apoio que temos dado a essa instituição. Eu fiquei muito alegre e satisfeito com essa homenagem, uma das mais importantes que recebi.

A Defensoria Pública do nosso Estado de uma maneira geral, para mim, simboliza justiça, solidariedade, a paz, a construção de uma sociedade mais humana. Ela vem sendo fortalecida em nosso Estado. Todos se lembram que a Defensoria Pública estava, lamentavelmente, em processo de extinção aqui na Bahia. A partir do governo Wagner, observamos uma melhora considerável. Passou de 90 para mais de 200 defensores públicos na Defensoria Pública da Bahia, um crescimento extraordinário.

É evidente que o número de defensores públicos em nosso Estado ainda está muito aquém das necessidades, mas não podemos deixar de reconhecer a melhora que houve nesse processo. Inclusive, no último dia 18, que também foi o Dia do Defensor Público, com a presença do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal ministro Ayres Britto, do governador do Estado e de várias instituições, além da presença massiva dos próprios defensores públicos. O governador nomeou mais alguns defensores públicos. Claro que é ainda um número insuficiente. A luta é para que haja novas nomeações para que tenhamos a Defensoria Pública cada vez mais fortalecida.

Portanto, queria aqui registrar isso informando ainda que nós já fizemos a solicitação de uma sessão especial no dia 13 de junho para que possamos também nesta Casa Legislativa fazer uma homenagem à Defensoria Pública, porque é importante fortalecer uma instituição que tem dado grandes contribuições à nossa sociedade.

A Defensoria Pública tem discutido, debatido questões fundamentais de inclusão social e ressocialização dos presos, trazendo inclusive um exemplo fantástico para fazer uma palestra: o escritor Luiz Alberto, um ex-presidiário que tinha sido condenado a 105 anos de prisão. Ele é, sem dúvida, um exemplo muito importante de ressocialização.

A Defensoria Pública tem cumprido um papel relevante na questão da inclusão social e na defesa daqueles que mais necessitam. Portanto, precisamos efetivamente de uma instituição como ela. E é fundamental ressaltarmos que mais de 50% dos presos - os quais no geral são pobres, negros e jovens -, ou seja, mais de 50% da população penitenciária do nosso País, não possuem um advogado. Então, ter acesso a advogados para uma defesa ou mesmo à Defensoria Pública é uma questão de direitos humanos, é uma questão de justiça social, é uma questão de inclusão social.

Agradeço aos defensores públicos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Kelly Magalhães:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem da deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, quero apenas reiterar as palavras da nobre colega deputada Luiza Maia. Infelizmente não deu tempo para fazer minha inscrição, mas repudio de público as palavras do presidente do Bahia, que, ao ver a torcida se mobilizar e reconhecer que o clube pertence ao povo e à história deste Estado, numa ação desesperada e com uma série de ataques à imprensa falou mal do governador e de todo mundo que realmente criticou a sua atuação desastrosa, levando o time à situação vexatória em que se encontra hoje.

Com certeza, enquanto a gente ataca no campo das ideias e da política falando mal da administração, disso ou daquilo, é respeitável e saudável. Porém, quando se parte para a baixaria, para questões pessoais, isso sem dúvida demonstra despreparo. Portanto, está cada vez na hora de o presidente do Bahia renunciar ao cargo.

A minha solidariedade à Fátima Mendonça pelas palavras desrespeitosas com que ele se referiu a ela na entrevista que deu. E também a todos os outros que foram atacados pela fala arrogante e destemperada dele. Sou Bahia! Sou torcedora do Bahia! E estamos na luta, porque a torcida é do Bahia! Muito mais do que de Marcelo Guimarães, o Bahia é do povo, com certeza! E para ele ficar mais satisfeito ainda elejo, lanço a campanha Fátima Mendonça, presidente do Bahia.

Para terminar, peço a V.Ex^a fazer uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendida.

Porém, antes, questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputada Kelly, eu também concordo com a forma como V.Ex^a se posicionou neste momento. Acho que daquele jeito ninguém ganha, e todos estamos cansados quando o assunto vai para a esfera pessoal. A resposta que a gente pode dar com o Poder Legislativo realmente é instalar uma CPI, é verificar. Agora, ir para o lado pessoal, não é o momento. Acho que ele não está em condições de ir para o lado pessoal com ninguém.

O Bahia merece ter uma diretoria que se respeite mais, que seja respeitada pelos torcedores, e acho que a resposta que esta Casa pode dar é essa aí, porque a gente ficar respondendo a essas coisas, acho que até tira um pouco a grandeza do Poder Legislativo.

Acho que deve se arrepender quem fez ataques pessoais. A gente tem que fazer na esfera política e apurar o que é dever desta Casa apurar, que é criando a CPI.

O Sr. Uziel Bueno:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá):- Questão de ordem, deputado Uziel Bueno.

O Sr. Uziel Bueno:- Sr. Presidente, pedi essa questão de ordem só para ratificar as palavras da deputada Kelly, do deputado Gaban e da deputada Luiza Maia, que realmente o presidente do Bahia não deveria nunca ter feito isso, demonstrar esse lado machista e arrogante com que ele falou. Não quero nem repetir, deputada, a palavra que ele usou em relação à primeira-dama do Estado.

Realmente abomino essa situação. Mas ele refletiu ali naquela entrevista, na realidade, o que ele é: arrogante, machista e que não deve estar à frente de um Clube da importância que é o Esporte Clube Bahia. Por isso que peço o apoio de todos os deputados para instalação da CPI do Futebol Baiano, que já está sendo recomendado a esta Casa pela Ordem dos Advogados do Brasil por unanimidade, hoje, na seção Bahia. Foi feita uma recomendação a esta Casa e também já estão mandando uma cópia para o Tribunal de Justiça, na realidade, para evitar e expurgar elementos como esse que fez uma declaração dessa à primeira-dama do nosso Estado, senhora Fátima Mendonça.

São as minhas palavras.

CPI já, nesta Casa, para moralizar o futebol na Bahia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Havendo a presença de apenas 9 Srs. Deputados declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*